DE JUNHO DE 2013 À EXTREMA DIREITA REPRESENTADA PELO BOLSONARISMO: a relação entre os rumos políticos do Brasil e as redes sociais

Vitoria Teixeira de Souza

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz[1]

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo o papel das redes sociais nas Manifestações de Junho de 2013 e os desdobramentos nos principais eventos do quadro político brasileiro contemporâneo. Por meio de análise crítica de fatos históricos recentes, buscou-se apreender as contradições que emergem do uso das redes sociais e as novas (e velhas) formas de manifestação política, determinantes para os caminhos políticos no Brasil até as eleições presidenciais de 2018. Parte-se da hipótese que os principais mecanismos de controle de informação e opinião têm sido usados para fins eleitorais e contribuído para a vitória ideológica da extrema direita, representada pelo bolsonarismo. Com o suporte de pesquisa bibliográfica sobre as redes sociais, e documental, realizada junto aos principais jornais do país, conclui-se que está em curso um autonomismo liberal em direção à extrema direita, engajado pelos algoritmos das redes sociais em nome da liberdade individual.

Palavras-chave: Junho de 2013; Redes sociais; Bolsonarismo.

ABSTRACT

This article has as its object of study the role of social networks in the June 2013 Manifestations and the development in the main events of the contemporary Brazilian political framework. Through critical analysis of recent historical facts, we sought to apprehend the contradictions that emerge from the use of social networks and the new (and old) forms of political expression, determinants for political paths in Brazil until the 2018 presidential elections. It is hypothesized that the main mechanisms for controlling information and opinion have been used for electoral purposes and have contributed to the ideological victory of the extreme right, represented by bolsonarism. With the support of bibliographical research on social networks, and documentary, caried out with the main newspapers in the country, it is concluded that a liberal autonomism towards the extreme right is underway, engaged by the algorithms of social networks in the name of individual freedom.

Keywords: June 2013; Social Networks; Bolsonarism

[1]Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, vitoria.souza@unifesp.br; docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista; tania.diniz@unifesp.br

1 INTRODUÇÃO

O Brasil de 2021 se encontra em um momento histórico em que a verdade deixou de ser factual, tornando-se questão de opinião. À guerra de influências, na qual os veículos de informação competem pelo mais bem sucedido uso de gatilhos emocionais que se utilizam da verdade material distorcida e fragmentada para gerar engajamento, soma-se o fato de o bolsonarismo (aqui definido como expressão de uma visão de mundo particular, cujos defensores apostam em uma agenda reacionária de inspiração conservadora, de cariz ultradireita, para alimentar um discurso do ódio às conquistas e liberdades democráticas, e ceder lugar às contrarreformas neoliberais, à destruição dos direitos e à criminalização dos pobres) não ter começado e não terminar em Jair Bolsonaro.

Este artigo, resultado de uma pesquisa de iniciação científica, pretende apontar elementos para contribuir na assimilação dos eventos políticos dos últimos anos e problematizar certos vícios e armadilhas na análise da conjuntura brasileira, tendo em vista que a figura do ex-capitão, que é o oitavo a ocupar a cadeira presidencial após o período de redemocratização, é menos central para os rumos do país do que aparenta. Suas inspirações e ações de negação e desprezo pelas conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988, no entanto, são capilarizadas no imaginário de uma classe que, além de superexplorada dentro das dinâmicas do capitalismo tardio e dependente brasileiro, carrega um passado histórico de colonização, escravidão e opressão, reproduzindo e perpetuando valores da programática neoliberal vigente.

Trata-se de um tema que tem sido debatido, nos últimos anos, sob diferentes perspectivas e correntes teóricas nas diversas áreas do conhecimento. Todavia, nosso argumento, a ser desenvolvido a seguir, é que há uma relação intrínseca entre a indústria das *fake news,* os eventos políticos do Brasil desde o ano de 2013 e a atual conjuntura política. Desde a segunda década do milênio e com mais intensidade a partir do ano de 2013, esses traços do domínio ideológico da classe burguesa sobre

a população brasileira foram se tornando mais evidentes, ainda mais com o aprimoramento de uma nova arma ideológica em experimentação, as redes sociais.

E, nessa direção e diante da necessidade de apreender a dinâmica dos organismos políticos e eleitorais que fragilizam a democracia brasileira, algumas questões nortearam o desenvolvimento do artigo: de que forma os eventos políticos dos últimos anos reverberaram nos acontecimentos da conjuntura atual? Diante do cenário político atual, de incertezas provocadas pelas *fake news* sob a ação dos usuários robôs das redes sociais, é possível identificar elementos que interceptam as liberdades eleitorais e políticas dos/as brasileiros/as?

Para qualificar e trazer bases empíricas ao argumento, considerou-se o período, na análise dos eventos, de 2013 a 2018, destacando-se três marcos temporais, indispensáveis na compreensão da ascensão da extrema direita no Brasil: as manifestações de Junho de 2013 (como marco inicial), o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 (como o principal elemento de exposição da fragilidade democrática) e as eleições presidenciais de 2018 (que fincaram a divisão ideológica e concretizaram o início da nova fase da república brasileira). De partida, sustentamo-nos na afirmação de Schneider; Perissé; Kleinsorgen (2014, p. 71),

> Não iremos aqui debater em detalhe as diversas análises produzidas desde então sobre os eventos em pauta, que incluem sua razão de ser, seu funcionamento, suas consequências, sua complexidade, seu caráter um tanto quanto contraditórios, [...] a reação do Estado, a maior ou menor legitimidade dos agentes e atos envolvidos etc.(...)

A pesquisa desenvolvida, portanto, refere-se ao campo de análise das redes sociais e sua presença nos eventos políticos na última década, como novo *modus operandi* do capital monopolista, inserido na conjuntura do Brasil dependente, e para tais fins reforçou-se a proposta de abordagem qualitativa e natureza exploratória, com uso do procedimento *ex-post-facto* e método histórico-crítico para a construção das reflexões analíticas. Foi realizado um estudo bibliográfico tendo como foco a configuração dos movimentos sociais no Brasil e no mundo e suas manifestações políticas com o advento das redes sociais e, com o suporte de pesquisa documental de fonte jornalística, complementou-se o estudo do objeto com dados empíricos a partir da perspectiva da mídia tradicional.

Assim, através da seleção das datas consideradas importantes a serem analisadas dentro do período estabelecido, identificadas de acordo com os acontecimentos relevantes do dia, foram escolhidos os três jornais mais acessados em média, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo[i]. Em seguida, foi feito o levantamento, no dia selecionado, das manchetes de primeira página de cada jornal nos seus acervos digitais para, finalmente, organizar o material coletado, prática e esteticamente, em documento para visualização e análise. A leitura flutuante, para identificar padrões, intenções e linguagens, trouxe elementos para o diálogo pretendido, possibilitando observar nas manchetes dos jornais o caminho trilhado pelas manifestações e eventos políticos nos usos linguísticos e suas repetições e apreender suas intencionalidades no campo de domínio dos veículos de informação.

O material jornalístico coletado – uma amostra de 88 capas – foi dividido em subseções (de acordo com os períodos delimitados), sendo a primeira subseção com 23 capas sobre as manifestações de Junho, com manchetes datadas de 17 a 26 de Junho de 2013; a segunda subseção com 35 capas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, em períodos espaçados que acompanharam o ritmo das manifestações, datando de Março de 2015 a Agosto de 2017 (até a prisão do ex-presidente Lula); e a terceira subseção, com 30 capas sobre a cobertura das eleições presidenciais de 2018, datando do dia 7 de Outubro, no primeiro turno, ao dia 28 de Outubro, segundo turno.

Este artigo está dividido em três partes. Além da Introdução, apresentamos em um primeiro item, aspectos da influência das redes sociais na dinâmica da participação política na última década, no Brasil. Em um segundo item, desenvolvemos reflexões sobre algumas intencionalidades no que diz respeito ao campo de domínio ideológico das mídias de informação, sejam as tradicionais, sejam as redes sociais. Na conclusão, indicamos que emerge no espectro político brasileiro um autonomismo liberal em direção à extrema-direita, fortalecendo líderes e discursos antidemocráticos engajados pelos algoritmos das redes sociais.

2 A PLATAFORMIZAÇÃO NA POLÍTICA: DISPUTAS IDEOLÓGICAS

O surgimento das redes sociais, como uma ferramenta individual que exerce, com sucesso, controle sobre todos os aspectos da vida de seus usuários, foi uma das maiores vitórias do grande capital monopolista contemporâneo no seu processo de alienação e disputa de consciências, principalmente, ao se observar, *post-facto,* os processos de apropriação deliberada de suas potencialidades de dominação e persuasão – inclusive para fins eleitorais – assim que descobertas.

O fato de um número significativo de pessoas ter acesso a câmeras é peça chave do intenso compartilhamento ao nível mundial e da difusão de perspectivas, antes restritas ao posicionamento da imprensa, fatores que têm cooperado para que os levantes populares organizados pelas redes sociais e sites da internet se espalhem pelo mundo.

Cabe lembrar a deposição do presidente das Filipinas, em 2001, quando 20.000 pessoas foram para as ruas, respondendo a mensagens de texto. Já em 2009, a pioneira Revolução Verde ou Revolução do *Twitter*, no Irã, contra denúncias de manipulação das urnas na vitória do presidente Mahmoud Ahmadinejad, inspirou outros países e, durante os anos seguintes, novas causas, funcionamentos, direcionamentos, organizações e complexidades eclodiram: a Primavera Árabe no Oriente Médio e norte da África em 2010 e 2011, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos em 2011, os Protestos da Praça Tahrir no Cairo em 2011, o movimento Indignados na Espanha, também em 2011.

O momento de inserção da rede social nessa década favorece a construção de uma dinâmica de polarização social e política que opõe polos que não representam boa parte dos movimentos sociais (BRINGEL, 2018). Como uma espécie de polarização sistêmica entre extrema-direita e social-democracia, ambas dentro do mesmo espectro político, formam-se conjunturas propícias ao desaparecimento do imaginário anticapitalista e de perspectivas que identifiquem os problemas sociais, causas das reivindicações dos sujeitos políticos, seja nas redes sociais ou nas ruas, como sintomas de um problema estrutural e sistemático.

Assim sendo, a rede social no Brasil entre 2010 e 2013 pode ser assumida como um campo de habituação das redefinições de relacionamentos “indivíduo *x* coletivo” e da expressão de indignações.

> O uso de plataformas de comunicação *online* introduziu o usuário em um contexto altamente individualizado em que as relações mesmo sendo diretas ganham impessoalidade. Comportamentos e opiniões que não seriam tolerados em relações face a face passam a se expressar gerando apoios e rejeições para se tornar consensos polarizados. (MACHADO; MISKOLCI, 2019 p.954).

A conjuntura mundial do período que precedeu as manifestações de 2013 permitiu abertura para a interligação de lutas transnacionais, agendas globais de ativismo, todas embrionárias do que seria o modo como se atua politicamente hoje. Isso ocorre ampliando a presença popular nas demandas diretas e na disseminação de informação sobre as condições de vida da população. O ativismo digital, ainda experimental em 2013, se levanta dessa forma com pilares robustos década adentro, deslocando algumas percepções a respeito da participação na vida política.

A forte inspiração neoliberal desses movimentos nas redes sociais cria condições ideológicas para que se fortaleça uma dinâmica individualizante da manifestação pública – sem a intenção de romper com as estruturas que conservam a exploração gênese das condições de vida e das demandas dessa mesma população – formando assim, um ciclo vicioso de ilusão de exercício democrático.

O movimento que chamamos de Junho de 2013, apesar de ter seus primeiros atos ligados ao aumento das tarifas do transporte público ainda em 2012, compreende as manifestações que vão do dia 6 ao dia 21 de junho de 2013. Por conveniência, esse período é separado em duas fases. Isso ocorre porque houve uma mudança radical no perfil das manifestações, personificada em seus sujeitos políticos.

De acordo com dados do IBGE, Datafolha e Ibope, articulados com pesquisa do *The Guardian* e aglutinados por Natália Bueno (2015), a primeira fase dos protestos contava com um público majoritariamente jovem, não-branco, estudante e de baixa renda; já na segunda fase, esse cenário foi o oposto, mais envelhecido, embranquecido e abastado, podendo ser interpretado como um ensaio para as manifestações de 2015 e 2016, pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Uma interpretação de Alonso (2017) a respeito dos atores sociais nas Jornadas de Junho agrupa o público dos protestos (que era bastante difuso) basicamente em três “repertórios”[ii]: o repertório socialista, aquele representado pelos partidos políticos, coletivos, movimentos e organizações; o patriota, representado pelos setores

conservadores e reacionários, relacionados de alguma forma ao militarismo; e o repertório mais importante para o objeto de estudo, o autonomista, representado pelo manifestante que está no movimento social como resultado direto da indignação, porém sem manifestar apoio a pauta alguma exceto pela causa da "mudança" – reconhecendo os problemas sociais como originários, não do sistema econômico, mas dos governos vigentes e suas gestões fracassadas.

> Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguaram em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o *impeachment.* Quando a medida foi a voto na Câmara, no dia 31 de agosto, a cerca invisível de junho de 2013 virara muro metálico. Fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizou com perfeição o racha do país. (ALONSO, 2017, p. 56).

De acordo com Alonso (2017), as redes de sociabilidade amparadas nas alterações do espaço urbano deram as bases organizacionais para o estilo autonomista liberal de ativismo. Esse repertório é determinante por três motivos: pelo cunho antipartidário que marcou a segunda fase das manifestações, pauta relevante para o Brasil até as eleições presidenciais de 2018 (e depois); pelo potencial perfil persuasivo desse público, alvo de disputas ideológicas nesse contexto de reconfiguração das forças políticas; e pelo caráter centrista das suas argumentações, que varreram o Brasil em uma onda arendtiana da crença de dois extremos idênticos no espetro político, em que o "centro" é lugar político mais polido e sensato a se ficar – e confundindo frequentemente os conceitos de "democracia", "ditadura", "liberdade", "justiça", "igualdade", todos viciados pela ideologia burguesa e liberal.

3 A POLÍTICA ENTRE A MÍDIA TRADICIONAL E AS REDES SOCIAIS

A partir da análise do material jornalístico (e calcada no suporte bibliográfico que sustenta a materialidade do comportamento nas redes sociais durante o período estudado) foi possível observar algumas intencionalidades no que diz respeito ao campo de domínio dos veículos de informação. Sabe-se que a história é feita pela reprodução ideal do movimento real dos fatos, ou seja, nenhuma reprodução – mesmo que jornalística – pode ser considerada imparcial ou neutra. Afinal, além de carregar consigo os valores dominantes de sua época, determinam também certas respostas do senso comum.

Pós 2013, essas respostas determinaram o curso da conjuntura dos anos seguintes, pois agindo de maneira indireta, o modo como a informação foi (e é) difundida no Brasil fortalece a continuidade da construção de um país dependente e submisso aos interesses do capital.

> Se o neoliberalismo flexibiliza as relações de trabalho e, consequentemente, as formas de fazer política sindical, atuando como uma máquina de moer coletividades, des-democratizar, desagregar e individualizar, os protestos do precariado tendem a ser desorganizados, uma vez que a esfera de politização deixa de ser o trabalho, mas ocorre de forma descentralizada nas redes sociais. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018 p. 55).

Na mídia burguesa, os protestos de 2013 não tiveram destaque algum durante sua primeira fase, que denominamos em termos metodológicos, 1ª. subseção. Não houve sucesso em encontrar cobertura, nos jornais consultados, dos primeiros atos e só após o dia 17, quando já havia ocorrido pelo menos mais 4 atos e as manifestações já estavam em fase de transição de organização e formato, é que as demandas iniciadas pelos jovens do Passe Livre ganharam espaço nos veículos de informação. Nesse dia, os protestos já haviam sido reprimidos violentamente pela polícia militar do governo estadual de Alckmin – e reprimidos moralmente nas manchetes e pronunciamentos do prefeito de São Paulo Fernando Haddad e da presidente Dilma Rousseff – e o caráter combativo das ações diretas dos primeiros atos já havia se diluído.

Na manchete da Folha de São Paulo de 19 de Junho, identificamos um posicionamento contra os manifestantes e ao lado da PM, na afirmação que a “PM tarda em agir” para coibir os atos, cujo tom conservador marca a descredibilização dos primeiros atos no repúdio ao seu “caráter violento”, reforçando o ideário de que a única maneira legítima de manifestação popular é a manifestação pacífica e ordeira.

Já em 21 de Junho, após as gigantescas proporções tomadas, invasão do Palácio do Planalto e consequências incontroláveis, a imprensa altera a estratégia na transmissão das informações. Com foco na presidente Dilma Rousseff, surgem nas manchetes as propostas de negociações e reformas, acordando uma cobertura positiva dos próximos atos, que já haviam mostrado sua potencialidade de massificação. A tendência dos veículos midiáticos era atribuir à presidente uma figura despreparada, compondo em poucos dias o desfecho trágico que as manifestações

trouxeram ao imaginário popular: a insatisfação do povo brasileiro atingiu seu ápice e todos clamavam por mudanças. Já em 26 de Junho, as capas exibiam pesquisas eleitorais que apontavam a baixa aprovação do governo Dilma Rousseff e possível derrota em 2014. A palavra “Dilma” nesse período da amostra recolhida foi usada 10 vezes, entre 23 capas.

As capas do período do *impeachment* (2ª. Subseção) deixam nítidas as intenções por trás das manchetes, assim como as do período anterior, do início das manifestações, mostrando, entretanto, “lados” mais bem desenhados. Ao longo dos dois anos, sentindo diretamente os impactos das manifestações de 2013, o espectro político-ideológico no Brasil foi esculpido em sentidos polarizados, retórica que cansou os ouvidos dos brasileiros mas que se trata, na realidade, da expressão simplificada de um processo complexo de intensificação da luta de classes, característica do momento histórico presente, mesmo que não seja o repertório socialista aquele que representa a esquerda no espectro político, mas sim a esquerda liberal.

Logo nas primeiras capas, o leitor é levado a concentrar toda sua indignação no fantasma criado para dar suporte ao golpe de 2016, a crise econômica sem precedentes. Afundando em recessão ou não, o brasileiro médio tinha certeza de que o país estava sendo mal comandado, ideal ainda mais vulgarizado pelo estigma de fragilidade ou de líder que a qualquer momento perderia todo controle, amparado pelas manchetes que faziam questão de informar que a maioria do país aprovava a destituição da presidente.

Com o território de manifestação na internet já em caminho de consolidação e esses movimentos acontecendo simultaneamente, a segunda fase de 2013 passou o bastão para as manifestações de 2015, com cobertura, patrocínio e organização. Sem o menor pudor, a votação pelo impeachment é transmitida em tom comemorativo, e os atos em sua defesa cobertos por capas verde-amarelas, imagens da Avenida Paulista lotada, convocando para o próximo ato e glorificando o maior protesto de rua da história do país, no dia 13 de Março de 2016.

A cobertura das eleições presidenciais de 2018, além de já apontar o despreparo e os propósitos (nunca escondidos) do candidato Jair Bolsonaro sobre o seu projeto de desmonte das políticas públicas, cuja importância admite sequer ter

conhecimento profundo, leva a três resultados de extrema relevância para compreender o papel das novas e velhas mídias nos desdobramentos das eleições e na conjuntura atual: 1) menos relevante mas indispensável, a informação de que o nome “Bolsonaro” foi dito nos jornais mais do que o dobro de vezes que o nome de seu adversário “Haddad” fornece elementos para pensar que o fenômeno de viralização não se restringe somente ao território virtual, considerando que, na maioria das vezes, as notícias não retratavam Bolsonaro positivamente. 2) A pesquisa pelas palavras “atos”, “ruas” e “protestos” obteve sucesso quando se tratou das primeira e segunda subseções, não aparecendo na terceira, havendo um interesse muito claro dos meios clássicos de informação de transmitir aos seus leitores a impressão falsa de que, durante as eleições presidenciais, não havia atos de rua, não havia manifestação pública. Os protestos contra Bolsonaro, principalmente orquestrados pelo movimento de mulheres “Ele Não” (nascido na internet e usado inclusive como *hashtag #EleNão* até hoje) rejeitavam a candidatura de Bolsonaro e tomaram as ruas do Brasil durante o período de eleição. 3) A reportagem da Folha de São Paulo que fornece indícios sobre disparos ilegais de *fake news* pelo *WhatsApp* bancadas pela campanha de Bolsonaro não foi suficiente para caracterizar um crime eleitoral e retirá-lo da disputa, mas já apontava a estratégia que sustenta todo seu governo e sua base de apoio, inclusive durante a gestão da pandemia do novo Coronavírus em 2020 e 2021.

> A disseminação de *fake news* (notícias falsas) sempre existiu nas disputas eleitorais. Porém, o uso das mídias sociais para difundi-las em grande volume pode ser considerado um traço peculiar da dinâmica política contemporânea. Esta prática desafia os escassos e incipientes mecanismos de controle por parte das justiças eleitorais e tem se mostrado altamente nociva para as democracias, visto que a velocidade na qual proliferam as *fakenews* é inversamente proporcional a da checagem das informações, isso quando ela ocorre. Como a notícia costuma provir do círculo de relações pessoais do indivíduo, que se reproduz nas plataformas de redes sociais e normalmente corrobora o seu ponto de vista, este tende a depositar alta credibilidade nela. (MENON; BACHINI, 2019, p.8)

3.1 Sobre as mídias sociais: o Facebook

O *Facebook* caracteriza uma atuação política midializada, pautada em imagens, vídeos e textos curtos, geralmente em formato de *memes* como formas de expressão de opiniões políticas. As ferramentas de *hashtags* nessa rede social

servem como facilitadores e organizadores de busca, no agrupamento de informações e alcance de não seguidores.

Por mais que, em comparação com o *Twitter*, o *Facebook* seja um ambiente menos favorável para o funcionamento de ferramentas de automação, o algoritmo do *Facebook* e o próprio design na rede são pensados para favorecer a criação de bolhas ideológicas, ou seja, com restrição de relacionamento entre perfis com semelhanças de comportamento – a programação e a apresentação do ambiente da rede não colaboram para a coexistência de discordâncias.

Há de se considerar que além de ser uma rede social, o *Facebook* também é uma empresa, multibilionária, dona do *Instagram* e do *WhatsApp* (outras redes sociais) logo, sua relevância na materialidade e no cotidiano da população não está restrita ao campo da dominação ideológica, mas também está circunscrita no exercício direto de acumulação de capital protagonizada pelos grandes monopólios da tecnologia – interferindo, inclusive, no processo de plataformização do mundo do trabalho.

3.2 O Twitter

O *feed* do *Twitter*, um ambiente majoritariamente mais jovem, veicula um design mais propício a informações e opiniões constantes, em formato predominante de texto curto (*tweet/tuíte*) e *meme*. As ferramentas de viralização mais importantes para o objeto de estudo são os *retweets*– mobilização de capital social de outros atores influentes (segundo Matos; Dourado; Mesquita, 2017) – que funcionam como os compartilhamentos e as *hashtags*, que diferentemente do *Facebook*, contém os *Trending Topics*, que são um *Ranking* de assuntos mais falados do momento. Como estratégia de comunicação política, as contas dos candidatos (ou políticos eleitos) no *Twitter* são palco para esclarecer posicionamentos e polêmicas além de reforçar agendas e promessas, geralmente contando com assessoria de marketing para construção da imagem pública e gerenciamento de crise (idem).

O *Twitter* foi a rede de mais expressão e um dos elementos determinantes para a eclosão das manifestações de Junho de 2013. Afinal, mesmo ainda no seu modo rudimentar, as ferramentas de engajamento e viralização permitiram a territorialização

de agendas globais de ativismo (BRINGEL, PLEYERS, 2017).Inspiradas principalmente pela Revolução Verde do Irã em 2009 – em que o *Twitter* foi o principal veículo de informações a respeito das eleições iranianas através da *tag #iranelections,* diante das proibições do Estado Iraniano de livre circulação de informações nos veículos tradicionais - as *hashtags* nos *trending topics* e a notícia despida do ponto de vista da imprensa, sem motivo para desconfiança, permitiram a criação de uma relação horizontalizada com a informação, de ator para ator, derrubando as fronteiras do espaço e encurtando cada vez mais os limites temporais.

3.3 O WhatsApp

O *WhatsApp*, antes de tudo, é a rede social com maior dificuldade nas pesquisas em razão do seu difícil rastreamento e as questões éticas que envolvem a temática do grampeamento, que esbarram no debate dos limites do público e privado e a relevância social que existe em ultrapassar esses tópicos, apontamentos devidamente colocados por Victor Piaia e Marcelo Alves (2020). Diferentemente das outras redes, o *WhatsApp* funciona como uma rede de comunicação subterrânea, em interface articulada com outras plataformas e com uma atuação em forma de veículo, voltada para o encaminhamento de *links*, principalmente do *Facebook* e *Youtube* (idem).

> [...] os grupos de troca de mensagens instantâneas criam espaços com maior privacidade para seus usuários, mas também estão interligados a uma ecologia midiática em rede que é visível nas plataformas de mídias sociais. Nesse sentido, o WhatsApp funciona como um canal de interconexão que promove fluxos comunicacionais entre outras plataformas, produzindo redes informativas complexas que não dependem somente de um site. (PIAIA; ALVES, 2020, p 145)

Enquanto artifício de comunicação política, o *WhatsApp* também apresenta funcionamento peculiar, sendo utilizado apenas como ferramenta de comunicação até 2014, quando foi comprado pelo *Facebook,* e tendo expressão enquanto rede social a partir de 2017, com a diminuição das restrições legais– com permissão e facilitação de engajamento (ITUASSU; LIFSCHITZ; CAPONE; MANNHEIMER, 2019) – chegando a 2018 com uma porcentagem de usuários de 56% da população do Brasil (PIAIA; ALVES, 2020). A ferramenta mais relevante do *WhatsApp*, além do

encaminhamento, são os grupos – uma infraestrutura interconectada, com fluxos de mensagens internos e externos que geram os processos de viralização (idem).

4 CONCLUSÃO

As redes sociais foram utilizadas publicamente como mecanismo de comunicação política pela primeira vez durante a campanha de Barack Obama, em 2008 (MATOS; DOURADO; MESQUITA, 2017). Em 2013, no Brasil, a *hashtag #ForaDilma* foi usada pela primeira vez em 15 de Junho (ALZAMORA; BICALHO, 2016). Em 2014, usuários robôs já geravam 10% dos debates eleitorais e, em 2015, 25% (PENTEADO; GUERBALI, 2016). Em 2018, foi inaugurado, o novíssimo modelo de campanhas eleitorais digitais protagonizada por Jair Bolsonaro, quase integralmente feita pelo engajamento viral de suas redes sociais, em modelo permanente e hiper midiático, com disseminações massivas feitas através de *dark posts* (listas de transmissão) no *WhatsApp* (ITUASSU; LIFSCHITZ; CAPONE; MANNHEIMER, 2019).

Algumas respostas continuam nos desafiando frente as contradições dos processos políticos e eleitorais e do sucesso da campanha de Jair Bolsonaro, eleito presidente da República em 2018. Em um breve resgate histórico, destaca-se que a conjuntura internacional foi favorável ao sucesso do governo petista, associado a uma política interna de criação e fortalecimento de programas sociais voltados para o desenvolvimento da “autonomia” da classe trabalhadora, todavia com maior foco em formar consumidores em vez de consolidar políticas públicas e serviços públicos eficientes. Entretanto, com o modelo petista de governo esgotado, a população que mais precisava desses serviços se vê frustrada com as promessas de ascensão social e desenvolvimento que o neoliberalismo não entregou.

Com a tendência mundial de novos modelos de insurgências populares, a juventude e os trabalhadores do Brasil, de maneira autonomista e dispersa, foram às ruas, sem serem disputados pelo campo democrático-popular e, tampouco, pela esquerda radical, ou seja, sob o domínio ideológico da classe burguesa.

Todo esse movimento acontece em meio a processos simultâneos e dialéticos de adaptações na forma como o sujeito político se incorpora na sociabilidade, que são

consequências diretas da revolução tecnológica e seus desdobramentos na vida social e no trabalho. Compreendendo a brevidade das reflexões trazidas e a necessidade de aprofundamento, pode-se concluir que da própria dinâmica de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, ocupando posição de economia dependente e periférica frente aos países de capitalismo desenvolvido ao esgotamento de modelos que apostavam no aumento do consumo para a classe média sem o devido investimento em políticas que sustentassem o pleno funcionamento do Estado e na (não) disputa de forças ideológicas conflitantes, emerge no espectro político um autonomismo liberal em direção à extrema-direita, fortalecendo líderes e discursos antidemocráticos engajados pelos algoritmos das redes sociais em nome da "liberdade individual".

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer.**Novos estudos CEBRAP. SÃO PAULO, 2017.

ALZAMORA, Geane Carvalho; BICALHO, Luciana Andrade Gomes**. A representação do *Impeachment Day* mediada por *hashtags* no Twitter e noFacebook: semiose em redes híbridas.** Curitiba, v. 21. n.2., jul./dez. 2016

BRINGEL, B; PLEYERS, G. **Protesta E Indignación Global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial.**1a ed.B.A.:CLACSO; R.J.:FAPERJ, 2017.

_____, Breno. **Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016.**CLACSO, 2017

BUENO, Natalia S. **Quem protesta no Brasil? Comparação entre 20 de Junho de 2013, 13 e 15 de Março de 2015 e a população.** SOCIAIS & MÉTODOS, 2015

ITUASSU,Arthur; LIFSCHITZ, Sergio; CAPONE, Letícia; MANNHEIMER,Vivian. **DE DONALD TRUMP A JAIR BOLSONARO: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil**. Compolítica. Brasília, 2019

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. **Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: O Papel das Redes Sociais na Polarização Política Brasileira.** Sociol. antropol.Rio de Janeiro, v.09.03: set. – dez., 2019

MATOS, Eurico; DOURADO, Tatiana; MESQUITA, Pedro. **@dilmabr NO IMPEACHMENT: Uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter.** C&S – São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3., 2017

MENON, Gustavo; BACHINI, Natasha. **Fake news e o uso do Facebook na eleição presidencial brasileira de 2018: ideologias, pós-verdade e aparelhos ideológicos de dominação.** Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey,31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; GUERBALI, João Guilherme. **As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015.**S.P.: Ponto e Vírgula,PUC, 2016

PIAIA, VICTOR; ALVES, MARCELO. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **São Paulo**, v. 43, n. 3, p.135-154, set./dez. 2020

PINHEIRO MACHADO Rosana; SCALCO Lucia Mury. **Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo**. ISNN 2448-0304, ano 16 no. 278 vol. 16, 2018

SCHNEIDER, Marco; PERISSÉ, Camille; KLEINSORGEN, Natália. **Trotsky e o Facebook: as "jornadas de junho", o problema da estratégia e a disputa nas (novas e velhas) mídias.** Liinc em Revista, R.J., v.10, n.1, 2014

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978

---

[i]O jornal O Globo registrou média de 28,8 milhões de visitantes únicos por mês em 2020. Segundo a Comscore, a publicação lidera a audiência digital do setor, seguida por Folha de S. Paulo com 24,2 milhões e O Estado de S. Paulo com 15,2 milhões. Fonte: https://www.google.com.br/search?q=quais+s%C3%A3o+os+principais+jornais+brasileiros&source Acesso em 12.08.21.

[ii] Na perspectiva de Charles Tilly em From Mobilization to Revolution. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978